

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS  
VARAS CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA.**

**ANTONIO ROCHA CAVALCANTE**, brasileiro, divorciado, cédula de identidade nº 11450 SSP/RR, CPF nº 199.696.512-34, residente e domiciliado na Rua Manuel Vicente Souza, 406, Asa Branca, Boa Vista, Roraima, cep. 69.312-295, telefone (95) 99170-1212, por seu advogado ao final assinado, constituído nos termos da procuração anexa, com escritório na Rua Vasco da Gama, 285, Mecejana, Boa Vista, Roraima, cep. 69.304-060, tel. (95) 99175-5915, e-mail adv.wender@gmail.com, onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608-0001 / 04, localizada no endereço Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar – Centro – CEP. 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ, Tel. (021) 3861-4600, Fax (021) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Ex<sup>a</sup>. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários

advocáticos, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, devido a crise econômica no Brasil, por conta da pandemia.

### **QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art.319, VII, CPC)**

O autor **NÃO opta pela realização de audiência conciliatória** (CPC, art. 319, inc. VII);

### **DOS FATOS**

No dia 03 de outubro de 2017, o requerente sofreu grave acidente de trânsito e, em consequência, ficou com INVALIDEZ, conforme demonstra o Boletim de Acidente de Trânsito expedido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia de Acidente de Trânsito (DAT) da Polícia Civil do Estado de Roraima, e Ficha de atendimento do HGR, comprovando a ocorrência do acidente; comprovante de atendimento ao paciente e o laudo médico acostados, que descrevem o acidente; comprovante de atendimento do Hospital Geral de Roraima acostados, que descrevem o acidente, em substituição do laudo de Exame de Corpo de Delito, vez que na localidade do acidente não há o fornecimento deste Serviço Público.

Consta no referido Laudo Médico, que devida a ação contundente do acidente, o paciente (requerente) sofreu trauma em parte do seu corpo, resultando em sua invalidez para o exercício de suas atividades laborativas.

O autor **sofreu grave fratura na clavícula, decorrente do acidente objeto desta lide, no qual restou sequelas que limitam os movimentos físicos do autor, como pegar objetos com força. (laudos médico em anexo).**

Desta forma, o Autor apresentou toda a documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) pela via administrativa junto a referida seguradora, porém, devido ao tempo para

análise de 30 dias ainda não ter fluído, ajuíza-se a presente demanda para evitar prescrição.

Entretanto, a Ré, seguradora responsável pelo pagamento, aproveitando-se da condição do Autor, que em razão da tragédia ocorrida e estando ainda fragilizado.

São os fatos de forma sucinta.

## DO DIREITO

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A Lei nº 6.194 / 74, com sua redação alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõem novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da Lei 11.482 / 07, que alterou o art. 3º da Lei 6.194 / 74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, verbis:

**"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**



**I - até R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

Este é o entendimento do Tribunal de Santa Catarina, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO DE PARTE DO VALOR DEVIDO A TÍTULO DE SEGURO DPVAT PELA SEGURADORA. RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA. RECURSO PROVIDO. (TJSC Agravo de Instrumento: AI 743444 SC 2009.074344-4; **Relator(a):** Nelson Schaefer Martins; **Julgamento:** 20 /04 /2010; **Órgão Julgador:** Segunda Câmara de Direito Civil; **Publicação:** Agravo de Instrumento n.2009.074344-4).

## DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita nos termos da lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86;
- b) a citação da Seguradora requerida, para que, querendo, apresente resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- c) que seja julgada PROCEDENTE a presente ação, condenando a parte Ré ao pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescentando-se, de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o efetivo cumprimento da obrigação em razão da recusa do pagamento administrativo do DPVAT;
- d) a condenação da parte Ré ao pagamento dos honorários de sucumbência;
- e) Protestar por todos os meios de provas admitidas em direito, especialmente a prova documental acostada aos autos;



Dà-se a causa o valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pede deferimento.

Boa Vista, Roraima, 01 de outubro de 2020.

Wender de Moura Oliveira

OAB/RR 368-B

